

ESP-UNESP-FAC. DE CIENC. E TECNOL-C.PRES.PRUD

Estudo Técnico Preliminar 20/2026

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

2.1. A Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), vinculada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Presidente Prudente, por meio da Seção Técnica de Saúde, necessita atender ao cumprimento obrigatório da Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7), instituída pela Portaria MTB nº 3.214, de 08 de junho de 1978, que trata do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). O PCMSO é um programa de caráter preventivo, exigido por lei federal, e constitui uma ferramenta essencial para a preservação da saúde e integridade dos trabalhadores da instituição.

2.2. O programa estabelece que todos os servidores expostos a riscos ocupacionais (físicos, químicos, biológicos, ergonômicos ou de acidentes) devem ser acompanhados por meio de exames médicos admissionais, periódicos, demissionais, mudança de risco ocupacional e de retorno ao trabalho. A não realização desses exames pode implicar em irregularidades trabalhistas, sanções administrativas e comprometer a integridade física dos servidores.

2.3. É necessária a contratação de serviços especializados em medicina do trabalho, com foco na realização de exames médicos ocupacionais e laboratoriais, conforme exigido pela legislação vigente. A justificativa para a contratação está na demanda por profissionais tecnicamente qualificados, devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina (CRM) e com experiência comprovada na área de saúde ocupacional, capazes de executar os exames exigidos pelo PCMSO.

2.4. Além disso, a contratação se faz necessária diante da inexistência de estrutura física, técnica e funcional própria na unidade da FCT/UNESP – Presidente Prudente para a realização desses procedimentos médicos, o que inviabiliza a execução interna dos serviços.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção Técnica de Saúde	Fernanda Spagnoli Delben

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Natureza da Contratação:

- A contratação deverá contemplar a prestação de **serviços especializados em medicina do trabalho**, incluindo a **realização de exames médicos ocupacionais e laboratoriais**, conforme previsto na **Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7)** do Ministério do Trabalho e na legislação correlata.

4.2. Os serviços a serem contratados deverão atender, minimamente, aos seguintes requisitos:

4.2.1. Exames médicos obrigatórios:

- Exame admissional;
- Exame periódico (de acordo com a faixa etária e exposição aos riscos);
- Exame de retorno ao trabalho (após afastamentos superiores a 30 dias);
- Mudança de Risco Ocupacional; e
- Exame demissional.

4.2.2. Exames complementares laboratoriais e de imagem (vide quadro no item 1.1 do Artefatos).

4.2.3. Requisitos técnicos e legais para a empresa contratada:

- Registro ativo no Conselho Regional de Medicina (CRM) do estado de São Paulo;
- Profissionais da equipe técnica com especialização em Medicina do Trabalho;
- Emissão dos atestados de saúde ocupacional (ASO) conforme o modelo oficial;
- Disponibilidade de atendimento contínuo de segunda a sexta-feira, em horário comercial, sob regime de livre demanda, vedada a imposição de limites mínimos ou máximos de atendimentos, bem como qualquer restrição de dias e horários que comprometa a execução dos serviços;
- Garantia de sigilo das informações médicas e dos resultados;
- Emissão de relatórios mensais detalhados, de forma obrigatória, contendo no mínimo: nome completo do trabalhador atendido, tipo de exame realizado (admissional, periódico, retorno ao trabalho, mudança de função ou demissional), relação dos exames complementares executados e respectivas datas de atendimento, devendo tais informações ser apresentadas de forma clara, organizada e compatível com a fiscalização contratual;
- Infraestrutura adequada e certificada para coleta e análise laboratorial dos exames;
- Atendimento dentro do município de Presidente Prudente ou em raio compatível com a sede da FCT /UNESP.

4.3. Atendimento à legislação vigente: Todos os serviços deverão observar o disposto na **Portaria MTB nº 3.214/1978**, especialmente o que consta na **NR-7 (PCMSO)**, **NR-1 (Disposições Gerais)** e demais normas aplicáveis à saúde e segurança do trabalho no serviço público.

4.4. Duração Inicial do Contrato:

4.4.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

4.5. Sustentabilidade:

4.5.1. Não se aplica.

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a baixa complexidade do objeto e que o risco de dano ao erário por inexecução é mitigado, uma vez que o pagamento está estritamente vinculado à efetiva prestação do serviço. Ainda, os serviços de medicina do trabalho não exigem, em regra, que a contratada realize grandes investimentos iniciais ou mobilização de

infraestrutura específica nas dependências da Universidade que justifiquem a retenção de valores para assegurar a continuidade do objeto em caso de rescisão.

4.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, as condições de execução não dependem de características físicas específicas do local que tornem a visita técnica essencial para a formulação da proposta.

4.8. Será exigido atestado de capacidade técnica a fim de que a Administração possa assegurar-se de que a empresa detém qualificação técnico-profissional e técnico-operacional para a execução de contratações similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado. Isso reduz o risco de inexecução contratual e entrega de bens com qualidade deficiente ou fora do prazo.

4.9. Justificativa dos Requisitos de Qualificação Técnica e Legal

Para assegurar a execução satisfatória do objeto e a conformidade com o ordenamento jurídico vigente, justificam-se as seguintes exigências:

- **Registro ou inscrição da pessoa jurídica e do responsável técnico no Conselho Profissional:** A exigência de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) fundamenta-se na **Lei nº 6.839/1980**, que obriga o registro de empresas nas entidades competentes conforme a sua atividade básica. Tal medida garante que a contratada esteja sob a fiscalização ética e profissional do órgão de classe, assegurando que os serviços de medicina sejam prestados por profissionais habilitados e legalmente autorizados, mitigando riscos de exercício ilegal da medicina e responsabilidade civil da UNESP.
- **Ato de autorização para prestação de serviços em saúde ocupacional expedido pelo CRM:** A autorização específica do CRM para empresas que prestam serviços de Medicina do Trabalho é indispensável para validar a regularidade do estabelecimento de saúde. Este requisito garante que a estrutura e os fluxos de atendimento da contratada cumpram as normas sanitárias e éticas específicas da profissão médica, sendo condição de validade para a emissão dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) que serão integrados ao prontuário dos servidores.
- **Prova de atendimento aos requisitos previstos na Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7):** A observância à **NR-7 do Ministério do Trabalho e Emprego** é a viga mestra desta contratação. A comprovação de atendimento a esta norma justifica-se pela necessidade de garantir que o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) seja executado de forma eficaz, com o rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho. O descumprimento dos requisitos da NR-7 sujeita a Administração a sanções administrativas, além de comprometer a integridade física dos servidores e a validade jurídica dos exames realizados.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Ao realizar o levantamento das soluções de mercado para a contratação dos serviços de Medicina do Trabalho, constatou-se que a demanda exige a contratação de empresa especializada com mão de obra capacitada e exclusiva, de acordo com as Normas Trabalhistas. A contratação é vinculada às determinações da Norma Regulamentadora nº 07 (NR-7) e às diretrizes do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) da UNESP.

5.2. Considerando o escopo da necessidade descrita, foram avaliadas as seguintes alternativas para suprir a demanda:

a) Execução direta pela própria FCT/UNESP

- *Prós:* Controle total da execução, integração com as demais áreas da instituição.

- *Contras:* Inexistência de estrutura física, técnica e funcional própria, ausência de profissionais especializados em medicina do trabalho no quadro da unidade, inviabilidade legal e operacional.

- *Conclusão:* Alternativa inviável.

b) Contratação de profissional autônomo ou pessoa física (médico do trabalho)

- *Prós:* Custo potencialmente mais baixo, simplicidade contratual.
- *Contras:* Incompatibilidade com a natureza contínua e institucional dos serviços, dificuldades com responsabilização técnica, limitações legais quanto à pessoalidade e subordinação no serviço público, além da necessidade de exames laboratoriais complementares, que exigem estrutura não fornecida por profissional autônomo.
- *Conclusão:* Alternativa inadequada para atender à complexidade e abrangência do serviço.

c) Registro de Preços para contratação do serviço sob demanda

- *Prós:* Flexibilidade, economia de escala, possibilidade de atender diversas unidades da UNESP, contratação conforme necessidade.
- *Contras:* Pode haver demora na disponibilização do serviço dependendo da gestão da ata, e risco de baixa adesão de fornecedores locais.
- *Conclusão:* Alternativa viável, mas dependeria de planejamento conjunto com outras unidades e da existência de ata vigente.

d) Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada

- *Prós:* Atende à legislação, possibilita ampla concorrência, garante a regularidade do serviço com estrutura adequada e profissionais habilitados, permite contratação continuada.
- *Contras:* Processo mais detalhado e exigente quanto à fiscalização contratual.
- *Conclusão:* Alternativa mais adequada à realidade e às exigências legais da FCT/UNESP.

5.3. Diante das análises acima, conclui-se que a alternativa mais viável é a **contratação, por meio de pregão eletrônico, de empresa especializada em medicina do trabalho**, com estrutura para realização de exames ocupacionais e laboratoriais, bem como responsável técnico registrado no respectivo conselho de classe. Esta forma de contratação garante o atendimento aos requisitos da NR-7, assegura a qualidade dos serviços prestados, e confere segurança jurídica e administrativa ao cumprimento do PCMSO da instituição.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução compreende a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de saúde ocupacional, incluindo a realização de exames médicos ocupacionais (admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissionais), bem como exames complementares, quando necessários, em conformidade com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e com a Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7).

A contratada deverá dispor de infraestrutura adequada e equipe técnica qualificada para atendimento aos servidores da FCT/UNESP, assegurando a emissão dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) e demais documentos pertinentes.

A prestação dos serviços será de natureza contínua, realizada sob regime de livre demanda, conforme a necessidade da instituição, sem imposição de quantitativos mínimos ou máximos de atendimentos, sendo o controle e a gestão contratual realizados pela Seção Técnica de Saúde.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE (unidade)
1	Avaliação Clínica	407
2	Hemograma	157
3	TGO	157
4	TGP	157
5	Gama-GT	157
6	Creatinina	157
7	Glicemia	130
8	Colesterol Total e Frações (HDL, LDL, VLDL)	75
9	PPF	18
10	Coprocultura	18
11	Audiometria	27
12	ECG	75
13	Acuidade Visual	24
14	ALA-U	3
15	Chumbo Sanguíneo	3
16	Mercúrio Urinário	3
17	Acetilcolinesterase Eritrocitária	4

18	EEG	4
19	HBSAg	12
20	Ureia	110
21	RX de Tórax (PA e Perfil)	110
22	PSA	30
23	Anti HBS	12
24	Anti HCV	12
25	Anti HVA IgG	12
26	Anti HVA IgM	12
27	Trigliceres	75

7.2. Metodologia de Cálculo e Justificativa das Quantitativas

As quantidades estimadas no item 7.1 não são aleatórias, mas fundamentadas na convergência de três pilares de planejamento da FCT/UNESP:

1. **Histórico de Demandas (STS):** Foram considerados os dados de atendimentos realizados pela Seção Técnica de Saúde no exercício anterior, projetando uma continuidade da média de exames periódicos e demissionais.
2. **Cronograma do PCMSO:** As quantidades de exames complementares (laboratoriais, audiometrias, RX, etc.) seguem estritamente o dimensionamento do **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)** vigente, que define a periodicidade e os tipos de exames por grupo de exposição e risco ocupacional.
3. **Planejamento de RH (Concursos e Contratações):** A estimativa de **Avaliações Clínicas (407 unidades)** e exames admissionais leva em conta o plano de expansão e reposição do quadro de servidores para o próximo período, incluindo a previsão de editais para **servidores efetivos** e a rotatividade prevista de **professores substitutos**.

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. Considerando os valores médios de mercado e as quantidades estimadas:

- Total estimado do contrato é : **R\$ 46.971,00 a R\$ 53.763,00**
- A contratação será firmada por 12 meses, com possibilidade de prorrogação conforme legislação vigente.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A solução **não deverá ser parcelada**, uma vez que os exames devem ser realizados por empresa única que possua estrutura integrada, garantindo uniformidade nos atendimentos, gestão centralizada dos laudos e ASOs, além de facilitar o acompanhamento médico pela Seção Técnica de Saúde. O fracionamento poderia prejudicar a eficiência e comprometer a gestão documental e a rastreabilidade dos dados clínicos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação está prevista no planejamento interno da FCT/UNESP, em consonância com as diretrizes da área de Recursos Humanos e da Seção Técnica de Saúde. A execução do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), conforme estabelecido na Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7), constitui obrigação legal da instituição, abrangendo a realização de exames ocupacionais, tais como admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissionais.

Trata-se de serviço de natureza contínua e essencial, indispensável à promoção e preservação da saúde dos servidores, à prevenção de riscos ocupacionais e ao cumprimento das exigências legais em matéria de segurança e medicina do trabalho. A presente contratação está alinhada às metas institucionais de promoção da saúde e segurança no ambiente laboral, integrando a Política de Qualidade de Vida no Trabalho da Universidade.

12. Resultados Pretendidos

12.1. A contratação dos serviços médicos ocupacionais tem como resultado pretendido a **plena execução do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)**, no âmbito da FCT/UNESP, em conformidade com a Norma Reguladora nº 7 (NR7), por meio da realização de **exames clínicos e complementares admissionais, periódicos, demissionais, de retorno ao trabalho, mudança de risco ocupacional**, bem como demais procedimentos previstos na legislação vigente, garantindo:

- O **cumprimento da legislação trabalhista e das normas reguladoras aplicáveis**, especialmente da Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7), mitigando riscos de passivos trabalhistas e sanções administrativas ou judiciais;
- A **promoção de um ambiente de trabalho saudável e seguro**, com foco na **prevenção, identificação precoce e monitoramento de agravos à saúde** relacionados às condições laborais;
- A adequada, **emissão, registro e gestão dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO)**, assegurando a rastreabilidade, integridade e conformidade das informações;
- A disponibilização de **informações e relatórios gerenciais** que subsidiem o acompanhamento, a fiscalização do contrato e a tomada de decisão pela Administração;
- A **melhoria contínua dos indicadores de saúde e segurança ocupacional**, por meio de ações preventivas e monitoramento sistemático da saúde dos servidores;
- A **redução dos índices de absenteísmo e afastamentos por causas ocupacionais evitáveis**, contribuindo para a continuidade e eficiência das atividades institucionais;
- A **integração das ações de saúde ocupacional ao planejamento institucional da UNESP**, em alinhamento com as diretrizes de **qualidade de vida no trabalho e valorização dos servidores**.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para viabilizar a contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- Aprovação do Estudo Técnico Preliminar (ETP) pelas instâncias competentes da unidade;
- Elaboração do Termo de Referência (TR), com base nas diretrizes estabelecidas neste ETP;

- Realização de pesquisa de preços de mercado, conforme normativos vigentes, para estimativa do valor da contratação;
- Verificação da disponibilidade orçamentária e reserva de recursos junto ao setor competente;
- Análise e manifestação do setor jurídico, quando aplicável, para validação dos aspectos legais do processo;
- Definição da modalidade de contratação e do critério de julgamento, em conformidade com a legislação vigente;
- Deflagração do processo licitatório ou formalização de contratação direta, quando cabível;
- Formalização do instrumento contratual ou equivalente;
- Designação formal de servidor(es) para atuação como gestor e fiscal do contrato;
- Acompanhamento e fiscalização da execução contratual, com base nos critérios estabelecidos no Termo de Referência.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os impactos ambientais decorrentes desta contratação são considerados de baixa relevância, tendo em vista tratar-se de serviços médicos voltados à saúde ocupacional. Não obstante, deverão ser observados os seguintes aspectos:

- A geração de resíduos de serviços de saúde, incluindo materiais perfurocortantes e insumos descartáveis (agulhas, luvas, tubos e similares), os quais deverão ter destinação adequada, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente, especialmente a RDC nº 222/2018 da ANVISA e normas correlatas;
- A obrigatoriedade de a contratada possuir e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), garantindo o correto manejo, segregação, acondicionamento, transporte e destinação final dos resíduos gerados;
- A adoção de boas práticas ambientais, sempre que possível, tais como a redução do uso de materiais descartáveis não essenciais, a utilização de processos digitalizados para emissão de documentos e relatórios e o uso racional de recursos;
- A responsabilidade integral da contratada quanto ao cumprimento das normas ambientais aplicáveis, inclusive no que se refere à destinação final dos resíduos gerados durante a execução dos serviços.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Conclui-se que, diante do levantamento de mercado realizado e da necessidade institucional devidamente justificada, a presente contratação mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional e orçamentário, revelando-se adequada e necessária para garantir o cumprimento das obrigações legais relacionadas à saúde ocupacional, especialmente no que tange à execução do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), conforme previsto na Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7). Ademais, a solução proposta está alinhada ao planejamento institucional e às diretrizes de promoção da saúde e segurança no ambiente de trabalho, não havendo óbices à sua implementação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FERNANDA SPAGNOLI DELBEN

Supervisor Técnico de Seção



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 11:28:55.